

AS OPÇÕES LIBERTADORAS DE JESUS

Norberto Sarraco

O aproximar-se de Jesus para localizá-lo em seu contexto social, econômico e político pode estar revestido de interesses que vão desde a ingênua intenção biográfica, até a busca do Cristo revolucionário, passando por tentativas psicológicas, historicistas, científicas, etc. Por trás de tudo move-se a velha e sempre nova pergunta acerca de quem foi e quem é Jesus. Pergunta essa que não podemos evitar se tomarmos a sério nossa fé, que é nada mais, nada menos que fé em Jesus.

Em nossa leitura da relação de Jesus com seu contexto, procuraremos evitar a tentação sempre presente dos "paralelismos", que nos levam a buscar no texto situações que se assemelham às nossas, com fim de estabelecer, sem mais nem menos, uma relação quase mágica, a qual não valoriza suficientemente o texto, nem nossa situação. Preferimos explorar, a partir de nosso compromisso, o sentido das opções libertadoras de Jesus. Com isto afirmamos, em primeiro lugar, que Jesus se relacionou com seu contexto a partir de opções que estavam em sintonia com seu projeto redentor. Os lugares de ministério, o conteúdo de sua mensagem e os destinatários da mesma, tudo isto não foi a tela de fundo e a decoração da missão de Jesus, mas seu objetivo primordial. Em segundo lugar, estas opções têm, para nós, uma reserva de sentido que podemos e devemos descobrir a partir de nossa própria opção e compromisso.

1. A OPÇÃO GALILÉIA

"De Nazaré pode sair alguma coisa boa?" (Jo 1:46). Com esta pergunta, cheia de dúvida e assombro, Natanael recebe as palavras de Felipe acerca de Jesus. Certamente a pergunta de Natanael vai além do problema que Ihe pode apresentar

a procedência nazarena do Messias. O fato concreto é que ele não pergunta se de Nazaré pode sair o Messias, e sim se daquela pequena cidade, que passa despercebida no Antigo Testamento, pode sair "alguma coisa boa". A objeção é contra esse povo rural e sua impossibilidade, não só de ser o lugar de procedência do Messias, mas também de produzir "alguma coisa boa". Indubitavelmente, não é de Nazaré, nem da Galiléia, que um piedoso, e "verdadeiro" (Jo 1:46) israelita pode esperar algo digno de escutar! Apesar disso, Jesus escolhe este âmbito como marco especial e preferencial de seu ministério. Sua opção galiléia pode desalentar as expectativas das religiões de sua época e dos grupos interessados em ter o monopólio do Messias. Porém, ao mesmo tempo tal opção está carregada de sentido, e devemos vê-la na perspectiva de seu plano redentor.

A terra de Jesus, a Galiléia, tinha uma população mista, razão porque era desprezada e considerada pagã por muitos. O grupo ao qual pertencia a família de Jesus era judeu. Seguramente, a distância que separava a Galiléia da Judéia e, em especial, do templo de Jerusalém, havia tornado importante a vida religiosa desenvolvida na sinagoga. Nos tempos do ministério de Jesus, como resultado das imigrações acontecidas desde a Judéia em busca de melhores condições de vida, havia na Galiléia muitos deserdados, homens sem pátria. É bem possível que toda a Galiléia estivesse superpovoada, tendo em vista as possibilidades da terra. Havia muitos órfãos, viúvas, pobres e desempregados.

Esta situação contrastava com a vida que os judeus levavam em Jerusalém. Ali as coisas eram diferentes. Jerusalém era o centro religioso, e isto lhes dava uma série de benefícios que punham seus habitantes numa situação real de privilégios. Sabe-se que, em certas ocasiões, o império reduziu-lhes os impostos. Contrastando com isto, o resto da população da Palestina suportava não só uma maior carga tributária para com o império, como ainda se lhes acrescentava, os tributos do templo. Os impostos eram uma carga que oprimia. Ao redor dos benefícios do templo se reunira uma

¹ Gerd THEISSEN. Sociología del movimiento de Jesús. Sal Terrae, Santander, 1979. p. 36.

forte aristocracia judia, constituída principalmente pelos sumo-sacerdotes, anciãos e escribas. Todos eles se mostravam zelosos na manutenção do status quo, a fim de que permanecessem desfrutando de seus privilegios. Não sō os líderes mas também os outros moradores de Jerusalēm estavam ligados de uma ou outra maneira, ao templo e aos negócios a ele relacionados. Aproximadamente 18.000 pessoas estavam ocupadas nos trabalhos de reconstrução do templo (Josefo, Anti-guidades 20, 219s.), que foi de 20/19 a.C. até 62/64 A.D. Se a isto somarmos as diferentes atividades comerciais relacionadas à vida religiosa, poderemos entender como uma cidade de sem nenhuma indústria nem atividade produtiva vivia, apesar disso, em um estado de tranquilidade e de relativa comodidade econômica. Nesta situação, os interesses das classes sociais altas coincidiam com as baixas. Ao mesmo tempo, isto promovia entre os moradores de Jerusalēm uma atitude conservadora.

A partir do entendimento da relação conflitiva entre Galiléia e Jerusalēm, podemos entender as implicações da opção galiléia de Jesus. Assim, seu ministério tem dois elementos básicos. Por um lado, sua resposta às necessidades imediatas (enfermidade, morte, pobreza). Por outro lado, sua identificação com as expectativas dos mais necessitados.

O ministério de Jesus desenvolveu-se grandemente em povoados e lugares rurais. O episódio da negação de Pedro mostra que a maioria das pessoas via o grupo de Jesus e seus discípulos como um movimento galileu (Mc 14:70). Entre o movimento de Jesus e outros movimentos contestatōrios havia uma certa similaridade no que se refere à sua situação ambígua frente a Jerusalēm.² Por um lado, afirmava-se seu status de cidade "santa" (Mt 5:35); por outro, sua santidade era questionada pelos essênios e pelos zelotes. Jesus também guardava sua distância para com Jerusalēm.

Quando Jesus se detém para refletir sobre a situação da cidade, a única coisa que faz é chorar por ela (Lc 13:34). O confronto entre as expectativas representadas por ele em sua opção galiléia e a ideologia dos moradores de Je

² Ibid., p. 36.

Jerusalém torna-se evidente nos trágicos acontecimentos que rodeiam a crucificação. O grupo que ele lidera é motivo de suspeita por provir da Galiléia (Mc 14:67-70). Ao entrar em Jerusalém, é ovacionado por pessoas que vêm das zonas rurais para participar das festividades da Páscoa. Por essa razão, o Sinédrio decide, num primeiro momento, não deter Jesus "para que não haja tumulto entre o povo (Mc 14:2). Como bem recorda Theissen, esta expressão refere-se ao campesinato que aflui à festa, já que a população de Jerusalém sempre estava presente.³ Neste contexto lançam-se acusações contra Jesus, as quais têm a ver com sua pretensão messiânica e sua profecia de destruição do templo (Mc 14:58-61). Jesus torna-se perigoso para a aristocracia judia e para o povo de Jerusalém. Uns vêem ameaçada a estrutura de seu poder; outros temem a possibilidade de que venha abaixo a fonte de seu sustento. Assim, representantes do Sinédrio e elementos anônimos do povo de Jerusalém unem suas vozes contra Jesus. A atitude crítica de Jesus frente ao templo (Mc 11:15s) e suas predições contra o mesmo constituem uma séria ameaça aos interesses e privilégios da aristocracia sacerdotal.

Vale aqui mencionar que é inexata a afirmação comum de que o mesmo povo que recebeu Jesus triunfalmente é o que na semana seguinte o crucificou. Na realidade, são dois povos distintos, representando polos opostos na sociedade de então. Nem Jerusalém, nem o sepulcro puderam deter ou prender Jesus. Já antes de morrer, Jesus prometera a seus discípulos um novo encontro na Galiléia (Mc 14:28), coisa que o anjo lembrou às mulheres, no sepulcro (Mc 16:7). Mateus diz que de um monte da Galiléia Jesus comissionou seus seguidores a discipular todas as nações.

2. O HOMEM COMO PRIORIDADE

De sua solidariedade com os que sofrem, Jesus traça seu ministério com a intenção de destruir tudo o que impeça a realização do homem. Sua obras e palavras apontam a uma rea

³ Ibid., p. 49.

valiação de valores impostos ou aceitos como justos ou sagrados. Sua atitude provocativa põe em relevo a alienação produzida por prescrições e costumes cujo único fim é a autopetuação.

A instituição do sábadô dá a Jesus a oportunidade de executar suas ações pedagógicas. Ele move-se na imperceptível linha que separa o "sagrado" do "profano" e a "obediência" do "pecado". As ações de Jesus no dia de sábadô põem à prova a escala de valores dos fariseus e guardiães da lei. Sua interpretação libertadora quanto à observância do sábadô é julgada como um ataque à lei (Mt 12:1-14). As perguntas dos religiosos não vêm por causa de sua preocupação pelo homem, mas por causa do legalismo. Jesus não se mostra contra o sábadô, e sim contra o uso ideológico do mesmo, que coloca a ênfase na tradição, em vez de colocá-la no homem. É comum acontecer que, em nome da tradição, da sã doutrina e da santidade, se sustentem situações desumanizantes.

No mesmo sentido devemos ver a atitude de Jesus para com aqueles que, por sua condição, são marginalizados pela sociedade e pela sinagoga. Indubitavelmente, sua opção por eles é o germe do evangelho como boa nova de libertação.

Os enfermos e inválidos, o pobre e o estrangeiro, as crianças, as mulheres e os pecadores vivem de igual maneira a realidade de seres humanos de segunda categoria. O amor de Jesus expresso na cura de enfermos (Mt 12:9-14), sua maneira de tratar as mulheres (Jo 4:27) e sua identificação com os pobres e deserdados (Mt 11:28) é motivo constante de escândalo. Aos enviados de João Batista, Jesus adverte que são bem aventurados aqueles que não se escandalizam quando os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são limpos, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres se lhes anuncia o Evangelho (Mt 11:5).

Devemos interpretar estes sinais do reino não só no que se refere ao benefício imediato que proporcionaram aos necessitados, mas também naquilo que têm de profético e provocativo frente à estrutura religiosa.

⁴ J. Severino CROATTO. "La dimensión política de Cristo libertador". In: Jesús, ni vencido, ni monarca celestial. Tierra Nueva, Buenos Aires, 1977. p. 162.

Os gestos de Jesus tem o valor de devolver o "humano" ao homem, em meio a todas as tentativas desumanizantes. A postura de Jesus frente à lei e ao sãbado, bem como sua prõpria maneira de agir para com os publicanos e pecadores, sãõ uma "opção radical" contra os círculos fechados dos piedosos assim como contra os representantes do judaísmo oficial.⁵

Devemos destacar que a relação de Jesus com os escribas, fariseus e demais facções que participam do poder não é, de forma geral, uma confrontação direta. Pelo contrário, é uma relação que é mediada por sua ação a favor dos necessitados. Ou seja, sua abordagem não se dá com base numa discussão teológico-acadêmica acerca da importância e validade do sãbado e da lei ou uma conceituação da pobreza às espaldas dos pobres e necessitados. Jesus cura, liberta, restaura, e estes atos são os que confrontam e sacodem os representantes da teologia oficial. Em outras palavras, a mensagem dos escribas e fariseus é mediada pelo agir a favor dos necessitados. Tanto uns com o outros são destinatários do amor libertador de Jesus, porém a expressão desse amor segue por vias distintas. A uns cura e, através da cura, demonstra aos outros que a lei e o sãbado sãõ tem sentido se apontam para a humanização integral do homem (Mc 2:27). A humanização de uns e a conscientização de outros sãõ as duas faces do mesmo ato redentor. A ambos cabe aceitar ou recusar (Lc 11:14-23).

3. BEM-AVENTURADOS OS DESVENTURADOS

No evangelho de Lucas encontramos três relatos que, em contextos e expectativas distintas, falam claramente das opções de Jesus a favor de todos aqueles que passam necessidades ou vivem sob opressão, seja ela moral, social ou religiosa. Tanto o "Magnificat" de Maria, como a leitura do profeta Isaías na sinagoga de Nazaré e a proclamação das bem-aventuranças e os ais revelam-nos o caráter da redenção trazida por Jesus.

⁵ Gunther BORNKAMM. Jesús de Nazareth. Sígueme, Salamanca, 1975. p. 44.

O "Magnificat" (Lc 1:46-55) é um cântico à grandeza de Deus. Exalta as manifestações de seu amor e poder a favor dos menores e débeis. Ao mesmo tempo, relativiza o poder dos "poderosos". O vocábulo que este salmo cristão emprega sacode-nos por sua clareza e radicalidade. Proclama, com sinais de catástrofe, as implicações da ação de Cristo. Anuncia e celebra a inversão de situações. Os poderosos e arrogantes, que vivem na segurança de suas próprias forças, serão destronados (v. 51-52a). Porém, os humildes, acostumados a dobrar-se diante dos fortes e cujos direitos são pisoteados a cada dia, esses serão exaltados (v. 52b), ou seja, ser-lhes-á devolvido tudo o que é devido à sua dignidade. Os famintos e necessitados receberão abundância, enquanto que os ricos serão despojados de sua riqueza (v.53).

Queremos destacar aqui dois elementos. Em primeiro lugar, a ação libertadora de Deus não está baseada no ódio, mas no amor. Não é uma violação dos direitos, mas justiça. Maria se alegra, sem que nisso haja sombra de ressentimento (v. 46-48). O "Magnificat" não proclama que tenha chegado a hora do revanche, mas sim o tempo da misericórdia (v.54-56). Em segundo lugar,, o amor, a justiça, a misericórdia de Deus se expressam, necessariamente de maneira conflitiva. Se há famintos, é porque há ricos; se há pessoas com temor é porque há poderosos. A única maneira de saciar a fome dos famintos e tirar o medo dos temerosos é despedir vazios os ricos e tirar do trono os poderosos. A maneira em que os grupos antagônicos vivem a manifestação da salvação é diferente: uns serão despojados, enquanto que a outros ser-lhes-á acumulará bens. Apesar disso, são objeto do mesmo amor de Deus. O "Magnificat" antecipa, no anúncio do nascimento, o escândalo da cruz.

Na profecia de Isaías, da qual Jesus se apropria na sinagoga de Nazaré (Lc 4:18-19), encontramos a maneira em que Jesus interpreta o alcance de seu ministério e missão. A expressão " Hoje se cumpriu a escritura que acabais de ouvir"⁶

⁶ Eduardo HAMEL, "El magnificat y la inversión de las situaciones". In: Selecciones de Teologia, v. 20, nº 79, (junho/setembro 1981). p. 237.

(v. 21) expressa sua identificação total com o que acaba de ler. A primeira coisa que nos surpreende é a concreticidade de seus enunciados missionários. É todo um projeto libertador, inscrito no âmbito de necessidades humanas e históricas. Não podemos aqui forçar o texto para dar outra interpretação, que não seja a estritamente literal, em especial no que tange aos pobres, doentes e oprimidos.⁷

Aqui, Jesus relaciona sua missão com problemas imediatos, porém sua obra transcende os limites do espaço e do tempo. A salvação, antes de ser universal, tem que passar pelo caminho do particular. O que torna possível que o ministério de Jesus se projete para além de seu próprio tempo, é o fato de haver assumido em toda a sua profundidade as situações imediatas. O texto chega a nós como um "projeto aberto", ou seja, com o caráter de convite a descobrir os caminhos para efetivar este programa redentor. A igreja não pode ter outra missão que a que teve aquele que é o cabeça da igreja.

As bem-aventuranças (Lc 6:20-23) estão em relação direta com o que foi anunciado no "Magnificat" e assumido por Jesus como objetivo de seu ministério, de acordo com a profecia de Isaías. Novamente aparecem aqui invertidos os termos. Qualifica-se de "felizes" ou "ditosos" os pobres, os famintos, os que choram e os que são perseguidos (v.20-22). É claro, porém, que a felicidade não se encontra em sua situação presente, mas no fato de que serão libertos por ela. A pergunta que se obriga é: quando? As interpretações tradicionais tratam de transferir tudo a uma etapa para além da história, algo assim como se a felicidade presente dependesse de que, num futuro pós-histórico, já não seriam pobres, nem chorarão, nem terão fome, nem serão perseguidos. Sem pretender negar esta realidade, consideramos que localizar os benefícios das bem-aventuranças exclusivamente na vida a pós a morte é trair as próprias intenções de Jesus.

Em primeiro lugar, o que foi preanunciado no "Magnificat" e assumido por Jesus na sinagoga de Nazaré só pode ser uma realidade, na medida em que as bem-aventuranças sejam

⁷ Richard CASSIDY. Jesus, politics and society. Orbis, New York, 1978. p. 22.

dirigidas ao presente. Não tem sentido falar acerca de o Espírito Santo ungir a Jesus (Lc 4:18) para que os cegos vejam "no além".

Em segundo lugar, devemos ver as bem-aventuranças em contraste com os "aís" (Lc 6:24-26). A um "bem-aventurados vós os pobres" se opõe um "ai de vós que agora estais fartos" (v. 20 e 25). Nesta perspectiva aparecem vinculados ambos os polos da mesma realidade. Há uma relação direta entre o rico e o pobre, entre famintos e os que estão saciados, entre o perseguido e o perseguidor. As bem-aventuranças e os aís trazem esta situação à luz. Assim portanto, faz-se totalmente impossível pensar num Deus que leva em conta esta situação pecaminosa e, apesar disso, transfere sua superação para um tempo além da história. É verdade que a superação total das contradições se realizará plenamente no reino escatológico, porém também é verdade que esse reino já se aproximou de nós na pessoa de Jesus (Mt 3:2; 4:1-7).

Por outro lado, devemos cuidar-nos de cair no simplismo de pensar que, afinal, as bem-aventuranças pressupõem uma troca nos polos de opressão.⁸ Se fosse assim, estabelecer-se-ia uma relação circular (um círculo vicioso) entre pobreza-riqueza-pobreza, ou entre fome-satisfação-fome. Algo assim não tem sentido. O fato para o qual as bem-aventuranças apontam é a superação da causa da pobreza, da fome da perseguição e do pranto. Ao falar de "causas", reconhece-mos implicitamente que a pobreza e a riqueza, o pranto e o riso, não existem de si mesmos: há riqueza porque há ricos, e há perseguição porque há perseguidores. As bem-aventuranças e os aís falam dos que são a causa, e a eles se dirigem. Uma vez mais, o amor de Deus passa pelo conflito das opções as mesmas que Jesus não evitou e que também nós mesmos não podemos evitar.

4. CUSTO E SENTIDO DAS OPÇÕES DE JESUS

É verdade que Jesus não foi um líder político, tampouco organizou as pessoas que o seguiam com fins subversivos, procurando conquistar o poder. Não se rebelou contra o impé

⁸ J. S. CROATTO. op. cit., p. 171.

rio romano, nem procurou levar outros a fazê-lo. Apesar de muitos de seus seguidores terem sonhado com tal possibilidade, o certo é que sua estratégia e objetivos não corresponderam a tais expectativas. Seguramente alguns de seus discípulos sofreram uma certa desilusão com respeito a isso. Apesar de tudo, Jesus morreu como um sedicioso, pregado em uma cruz. As perguntas que surgem são: que fez Jesus para merecer tal fim? Que sentido tem, para nós, a sua morte?

Em primeiro lugar devemos reconhecer que, ainda que Jesus não tenha liderado um movimento especificamente político, seu estilo de vida e seu ministério representaram uma ameaça para a ordem estabelecida. A partir de sua opção pelo homem, ele dirigiu sua estratégia contra os elementos desumanizantes. Estes se encontravam nas estruturas de poder que mantinham o monopólio do templo e da interpretação da lei. Jesus não tinha nenhum interesse em libertar os judeus do poder romano, já que isso só teria colaborado para um fortalecimento da situação interna de opressão. Como sua luta não era uma luta pelo poder, os que se sentiam afetados por sua mensagem não sabiam sob que pretexto eliminá-lo. Sem pretender entrar em relatos por todos conhecidos, é suficiente mencionar que a confusão e a diversidade de acusações que ocorreram em torno do julgamento de Jesus refletia a desorientação daqueles que queriam matá-lo. A única coisa da qual tinham certeza, era a necessidade de eliminar a Jesus. A opção primordial deste a favor do homem, e não dos judeus, lhe custou a vida. Ao mesmo tempo, outorgou a seu sacrifício um caráter universal. A morte libertadora de Jesus não fica presa entre paredes raciais, pelo contrário, ela as transcende totalmente.

As opções de Jesus constituem, em si mesmas, uma dupla provocação. Por um lado, dinamizam a consciência do homem oprimido, com cujas expectativas Jesus se identifica. Estas se encontram enquadradas em um projeto libertador, cujo objetivo não é a vingança, nem o poder. Por outro lado, as opções de Jesus têm um sentido profético na medida em que desmascaram tudo o que, em qualquer ordem, se levanta contra a realização plena do ser humano.

As opções de Jesus são um chamado à conversão. Esta se

cristaliza no seguimento a Ele. Ou seja, a dimensão conflitiva do reino impede a indiferença. Aquele que não ajunta, espalha (Lc 11:23).

Ao não se identificar com nenhum dos movimentos da época, nem ainda com os mais radicais, sejam religiosos ou políticos, Jesus localiza-se numa posição que transcende os limites de cada um, e julga a todos. Diante dessa atitude, levanta-se a pergunta pela nossa participação e compromisso, como cristãos, no que tange às necessidades humanas. Uma visão distorcida daquilo que Jesus realizou pode conduzir-nos a uma espiritualização dos conflitos, ou a uma busca de uma posição neutra, não contaminada pelos processos da história. Tal atitude daria as costas à política de Jesus.

As opções de Jesus desafiam-nos a viver de tal maneira que nossa fé desça do plano subjetivo para os feitos históricos. Tal atitude será marcada pela fragilidade e precariedade humanas. Ao mesmo tempo, deve ser um sinal de esperança e salvação. Não podemos evitar assumir a nossa fé a um ponto tal que seja sinal de contradição, conscientes de que o conflito com as forças do mal sempre nos coloca na perspectiva da cruz. Apesar disso, assumimo-la com a esperança nAquele que ressuscitou e que nos espera sempre na Galiléia.

NORBERTO SARRACO é diretor do Centro de Preparação de Líderes Cristãos, entidade de educação teológica diversificada que conta com 1200 estudantes distribuídos em 16 centros na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Tradução : Dilmar Devantier.